

CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS – PARÁ
EDITAL Nº 001/2026 – PMC/SEMAD

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS
NÍVEL: SUPERIOR
TURNO: TARDE

ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO

1- Este CADERNO DE QUESTÕES é composto de 30 (trinta) questões, cada uma com 05 (cinco) alternativas e somente uma correta. Caso exista algum problema de impressão, ou outro qualquer, comunique-o imediatamente aos fiscais de sala.

2- Leia, atentamente, cada questão da prova antes de responder.

3- Transcreva para o CARTÃO-RESPOSTA a resposta definitiva de cada questão. Marque somente uma alternativa, pois a marcação de mais de uma alternativa, ou a ausência de marcação, anulará a questão. Preencha corretamente o CARTÃO-RESPOSTA, porque ele não será substituído por erro do candidato. Preencha com caneta esferográfica, azul ou preta, conforme exemplo abaixo:

QUESTÃO	ALTERNATIVAS					
01	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td><td>E</td></tr></table>	A	B	C	D	E
A	B	C	D	E		

4- O CARTÃO-RESPOSTA DEVE SER obrigatoriamente assinado (subitem 9.32.p do edital).

5- A prova terá a duração de 03 (três) horas, com o início previsto às 15:00 (quinze horas) e término às 18:00 (dezoito horas) horário local.

6- Não será permitido ao candidato permanecer com aparelhos eletrônicos (telefone celular, relógio de qualquer modelo, smartphone, notebook, receptor, gravador etc.), tampouco qualquer tipo de material para consulta ou quaisquer objetos mencionados no subitem 9.4. do edital.

7- O candidato só poderá retirar-se da sala de provas após decorridos 60 minutos (1 hora) de seu início.

8- Após decorridos 120 minutos (2 horas) do início das provas, o candidato poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES, entregando ao fiscal somente o CARTÃO-RESPOSTA.

9- Não será permitido ao candidato consultar o fiscal sobre quaisquer dúvidas relacionadas às interpretações dos enunciados das questões.

10- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala e somente poderão sair juntos do recinto após lerem, concordarem e assinarem a ata de sala (subitem 9.31.f do edital).

BOA PROVA!

ELABORADO POR:

Leia o texto abaixo para responder às questões de 01 a 05

STF invalida lei do Espírito Santo que limita ensino sobre gênero nas escolas

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional uma lei do Espírito Santo que autorizava pais, mães e responsáveis legais a impedir a participação de filhas e filhos em atividades escolares relacionadas a gênero, sexualidade e diversidade sexual. O entendimento, por maioria, foi firmado no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7847, na sessão plenária virtual encerrada no último dia 11.

Com o julgamento, o STF invalidou a Lei estadual 12.479/2025. A norma foi questionada pela Aliança Nacional LGBTI+, pela Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh) e pela Associação Comunitária, Cultural e de Apoio Social — Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (Fonatrans).

De acordo com a relatora, ministra Cármen Lúcia, o Legislativo capixaba extrapolou sua competência constitucional ao tratar de diretrizes e bases da educação, matéria reservada à União. Na avaliação da ministra, a norma interfere indevidamente no currículo pedagógico, cujas regras são disciplinadas pela Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Cármen Lúcia também afirmou que a norma afronta princípios constitucionais como a promoção da igualdade, a dignidade da pessoa humana e a liberdade de expressão, além de contrariar o objetivo de garantir o bem de todos, sem preconceitos ou discriminações, e o compromisso constitucional de construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Acompanharam a relatora os ministros Edson Fachin, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Luiz Fux e Flávio Dino. Ficaram vencidos os ministros André Mendonça e Nunes Marques.

Linguagem neutra

Na mesma sessão, o STF também declarou inconstitucional a Lei 7.015/2022 do município de Betim (MG), que proibia o uso da chamada linguagem neutra nas escolas. O caso foi analisado na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1153.

Relator da ação, o ministro Luiz Fux afirmou que o Tribunal tem jurisdição consolidada segundo a qual estados e municípios não podem proibir o uso de linguagem neutra em instituições públicas ou privadas de ensino, por se tratar de matéria vinculada às diretrizes educacionais, cuja competência é da União.

O relator foi acompanhado pela ministra Cármen Lúcia e pelos ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Edson Fachin, Flávio Dino e Gilmar Mendes. Divergiram os ministros Cristiano Zanin, Nunes Marques e André Mendonça, para quem a lei municipal se limitava a garantir o ensino da língua portuguesa conforme as normas oficiais no sistema educacional.

ANDES-SN em luta

Desde 2014, o ANDES-SN tem se posicionado contra o movimento Escola sem Partido, que, apesar de existir desde 2004, iniciou, a partir de 2014, discussões em nível nacional sobre o que chama de “doutrinação ideológica” nas instituições de ensino. O Sindicato Nacional entende que esse movimento representa uma tentativa de censura, colocando em risco a liberdade de ensino e a pluralidade de ideias nas escolas e universidades, pilares fundamentais da educação crítica e democrática.

Desde 2016, o Sindicato Nacional participa da Frente Nacional Escola Sem Mordança, ao lado de diversas entidades ligadas à educação pública e movimentos populares, na luta contra o controle ideológico e a censura nas escolas públicas.

Fonte: STF, com edição e acréscimos de informações do ANDES-SN.

Publicado em 18 de Maio de 2026 às 14h22.

QUESTÃO 01

Assinale a alternativa que melhor sintetiza os fundamentos jurídicos predominantes adotados pelo STF nos dois julgamentos.

- A ☐ O STF reconheceu que estados e municípios possuem autonomia legislativa plena para definir conteúdos pedagógicos e restringir abordagens sobre gênero, sexualidade e linguagem nas instituições de ensino, desde que observados os interesses das comunidades locais.
- B ☐ O STF entendeu que as normas questionadas eram compatíveis com a Constituição, pois garantiam aos responsáveis legais e aos entes federativos o direito de estabelecer limites ao conteúdo educacional ministrado nas escolas públicas e privadas.
- C ☐ O STF declarou as leis inconstitucionais por considerar que a regulamentação de diretrizes educacionais compete à União, além de reconhecer que tais restrições podem afrontar princípios constitucionais relacionados à igualdade, à dignidade humana e à liberdade de expressão.
- D ☐ O STF fundamentou suas decisões exclusivamente na defesa da liberdade de ensino, afastando qualquer discussão sobre competências legislativas ou sobre a proteção constitucional contra práticas discriminatórias no ambiente educacional.
- E ☐ O STF concluiu que a definição dos currículos escolares deve ser compartilhada igualmente entre União, estados e municípios, motivo pelo qual invalidou as normas apenas por apresentarem falhas formais de redação legislativa.

QUESTÃO 02

Considere as informações apresentadas no texto sobre as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) relativas às questões de gênero, sexualidade e linguagem neutra no ambiente escolar. Caso tais informações fossem registradas em uma ata de reunião institucional, qual alternativa apresenta a característica mais adequada à redação oficial desse gênero textual?

- A ☐ Registrar os fatos em ordem cronológica, utilizando linguagem objetiva, impessoal e precisa, sem opiniões pessoais do redator ou interpretações subjetivas dos acontecimentos.
- B ☐ Relatar os acontecimentos em linguagem literária, valorizando descrições detalhadas, emoções dos participantes e comentários explicativos sobre os fatos discutidos.
- C ☐ Apresentar análises críticas dos temas debatidos, priorizando argumentos persuasivos destinados a convencer os leitores sobre a relevância das decisões mencionadas.
- D ☐ Elaborar um texto predominantemente opinativo, destacando posicionamentos individuais dos participantes e juízos de valor acerca das decisões registradas.
- E ☐ Organizar as informações por meio de linguagem conotativa, recursos estilísticos e apreciações tanto objetivas quanto subjetivas, com o objetivo de tornar o relato mais atrativo ao leitor.

QUESTÃO 03

Considerando os mecanismos de construção dos sentidos globais do texto, assinale a alternativa correta.

- A ☐ A coerência textual decorre principalmente da repetição de termos jurídicos e institucionais, enquanto os mecanismos de referência exercem papel secundário na articulação dos sentidos apresentados ao leitor.
- B ☐ A progressão temática do texto é comprometida pela introdução de diferentes assuntos educacionais, produzindo fragmentação argumentativa e dificultando a construção de uma unidade de sentido global.
- C ☐ A compreensão global do texto depende essencialmente do conhecimento extratextual do leitor, uma vez que os recursos linguísticos internos são insuficientes para orientar sua interpretação.
- D ☐ Os mecanismos coesivos empregados no texto possuem função predominantemente gramatical, sem participação efetiva na organização temática e na construção argumentativa dos sentidos produzidos.
- E ☐ A coesão textual manifesta-se por retomadas referenciais e encadeamentos temáticos, enquanto a coerência resulta da articulação entre competência legislativa, direitos fundamentais e políticas educacionais.

QUESTÃO 04

Sobre o primeiro parágrafo do texto:

I. O trecho pertence ao gênero notícia jornalística, apresentando predominância da sequência expositiva-informativa. O objetivo comunicativo é informar o leitor sobre uma decisão judicial recente, priorizando a objetividade e a impessoalidade.

II. Observa-se a presença de um léxico geral da língua portuguesa, sem predominância de campo semântico por área, como por exemplo: “declarou inconstitucional”; “Ação Direta de Inconstitucionalidade”; “ADI 7847”; “sessão plenária”.

III. Há uma oração principal: “O Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional uma lei do Espírito Santo” e uma oração subordinada adjetiva restritiva: “que autorizava pais, mães e responsáveis legais...”, essa subordinada especifica a lei mencionada.

Qual(is) o(s) item(ns) correto(s)?

- A ☐ Apenas II e III.
- B ☐ Apenas I e III.
- C ☐ Apenas I e II.
- D ☐ Apenas I.
- E ☐ I, II e III.

QUESTÃO 05

Com base na análise semântica e estilística do segundo parágrafo, avalie os itens a seguir:

I. O emprego dos termos “julgamento”, “invalidou” e “Lei estadual” insere o texto em um campo semântico predominantemente jurídico-institucional.

II. A enumeração das entidades responsáveis pelo questionamento da norma contribui para a construção de um efeito de representatividade social e legitimidade processual.

III. A construção “A norma foi questionada” exemplifica o uso da voz passiva analítica, recurso que desloca o foco informativo para o paciente da ação, em detrimento dos agentes responsáveis pelo questionamento.

IV. O texto apresenta marcas explícitas de subjetividade, evidenciadas por adjetivos valorativos que expressam aprovação da decisão do STF.

V. A organização das informações favorece a progressão temática, apresentando inicialmente o resultado do julgamento e, em seguida, os sujeitos responsáveis pela contestação da lei.

Assinale a alternativa correta.

- A ☐ Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- B ☐ Apenas os itens I, III e V estão corretos.
- C ☐ Apenas os itens II, III, IV e V estão corretos.
- D ☐ Apenas os itens I, II, III e V estão corretos.
- E ☐ Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 06

Sobre o ingresso em cargo ou emprego público na Administração Pública, assinale a alternativa correta nos termos da Constituição Federal.

- A ☐ Todos os cargos públicos são de livre nomeação e exoneração.
- B ☐ Somente brasileiros natos podem ocupar cargos, empregos e funções públicas.
- C ☐ A investidura em cargo ou emprego público ocorre por indicação da autoridade competente, independentemente de seleção prévia.
- D ☐ O concurso público tem prazo de validade indeterminado, podendo ser prorrogado sucessivamente.
- E ☐ A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as exceções previstas em lei.

QUESTÃO 07

Considerando os fundamentos, objetivos fundamentais e princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil estabelecidos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A ☐ A soberania e a independência nacional constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- B ☐ É fundamento da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- C ☐ A soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana representam fundamentos da República Federativa do Brasil.
- D ☐ A solução armada dos conflitos é fundamento da República Federativa do Brasil.
- E ☐ Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, a erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais são princípios que regem as relações internacionais do Brasil.

QUESTÃO 08

Um servidor público recusou pedido de licença de um cidadão sem apresentar qualquer justificativa e concedeu o mesmo benefício a outra pessoa em situação idêntica, apenas por preferência pessoal. Essa conduta viola principalmente o princípio da:

- A ☐ Continuidade do serviço público.
- B ☐ Impessoalidade.
- C ☐ Publicidade.
- D ☐ Pessoalidade.
- E ☐ Supremacia do interesse público.

QUESTÃO 09

O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, marque a única alternativa correta.

- A ☐ As sanções previstas na Lei de Improbidade administrativa poderão ser imediatamente executadas, independentemente do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- B ☐ É permitida a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 salários mínimos depositados em caderneta de poupança.
- C ☐ É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, ainda que comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida.
- D ☐ O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- E ☐ Somente o Ministério Público poderá representar a autoridade administrativa competente para a instauração de investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

QUESTÃO 10

Em um órgão público, foi implementado um programa interno para prevenir irregularidades, com regras de conduta, canais de denúncia e treinamentos periódicos para os servidores, visando reduzir riscos de corrupção e melhorar a integridade institucional. Esse conjunto de medidas está relacionado principalmente ao conceito de:

- A ☐ Compliance administrativa.
- B ☐ Controle judicial.
- C ☐ Descentralização administrativa.
- D ☐ Autocontrole.
- E ☐ Poder de Polícia.

QUESTÃO 11

É uma característica do dispositivo de armazenamento do tipo SSD (Solid State Drive):

- A ☐ É imune ao vírus do tipo ransomware.
- B ☐ Grava os dados utilizando disco rígido.
- C ☐ Sua memória é do tipo não volátil.
- D ☐ Funciona por meio de engrenagens e agulhas magnéticas em seu interior.
- E ☐ Gerencia o estado de processos que precisam ser escalonados.

QUESTÃO 12

Os comandos linux que servem para mover arquivos e renomear arquivos são, respectivamente:

- A ☐ mv e rm
- B ☐ cd e ls
- C ☐ cp e rm
- D ☐ mv e mv
- E ☐ ls e cp

QUESTÃO 13

No ambiente do Microsoft PowerPoint (configuração padrão, idioma português), o usuário dispõe de recursos específicos para aplicar efeitos dinâmicos à apresentação. De acordo com a documentação oficial do *software*, o recurso denominado Transição de Slides é definido tecnicamente como o

- A ☐ efeito de animação aplicado a objetos, textos ou imagens individuais que estão posicionados dentro de um mesmo slide.
- B ☐ ato de arrastar e soltar um slide para mudar sua ordem de apresentação na visualização do classificador de slides.
- C ☐ recurso utilizado para configurar a numeração automática de páginas exclusivamente nos slides ocultos.
- D ☐ procedimento de conversão para alterar a extensão nativa do arquivo de .pptx para o formato .pdf.
- E ☐ efeito visual que ocorre quando você passa de um slide para outro durante uma apresentação.

QUESTÃO 14

Ao compartilhar um documento por meio da plataforma de colaboração Google Docs, o usuário pode convidar pessoas inserindo seus respectivos endereços de e-mail. Assinale a alternativa que apresenta, de forma exclusiva e de acordo com a nomenclatura oficial da interface padrão da ferramenta, os três níveis básicos de permissão de acesso que podem ser atribuídos a esses usuários.

- A ☐ Leitor, Editor e Administrador.
- B ☐ Escritor, Visitante e Proprietário.
- C ☐ Visitante, Comentador e Administrador.
- D ☐ Leitor, Comentador e Editor.
- E ☐ Proprietário, Escritor e Leitor.

QUESTÃO 15

Considerando a arquitetura de protocolos TCP/IP e os padrões de endereçamento lógico de redes de computadores, assinale a alternativa que apresenta um exemplo de endereço IPv4 válido.

- A ☐ 172.16.254.1
- B ☐ 192.168.1.300
- C ☐ 10.10.0.1.2
- D ☐ 256.100.50.0
- E ☐ 192:168:0:1

QUESTÃO 16

De acordo com a Lei Orgânica Municipal de Curionópolis, o servidor municipal será responsável pelos atos que praticar no exercício do cargo, função ou a pretexto de exercê-los em quais esferas?

- A ☐ Apenas na esfera administrativa.
- B ☐ Apenas nas esferas administrativa e Civil.
- C ☐ Apenas nas esferas administrativa e criminal.
- D ☐ Apenas nas esferas civil e criminal.
- E ☐ Nas esferas civil, criminal e administrativa.

QUESTÃO 17

Considerando as permissões e vedações impostas ao Município pela Lei Orgânica, assinale a alternativa correta.

- A ☐ O Município pode utilizar tributos com efeito de confisco para aumentar a arrecadação.
- B ☐ É vedado ao Município recusar fé aos documentos públicos.
- C ☐ O Município poderá auxiliar propaganda político-partidária com recursos públicos, desde que em período não eleitoral.
- D ☐ O Município poderá manter publicidade de obras e programas públicos contendo nomes e imagens de autoridades, desde que as ações sejam de interesse da população.
- E ☐ O Município pode exigir tributo sem lei específica, desde que haja interesse público.

QUESTÃO 18

Nos termos da Lei Orgânica Municipal de Curionópolis, é competência administrativa comum do Município, da União e do Estado:

- A ☐ Zelar pela guarda da Constituição Federal, da Constituição do Estado e da Lei Orgânica Municipal.
- B ☐ Organizar a política-administrativa de interesse local, especialmente em matéria de saúde.
- C ☐ Estabelecer convênios com os poderes públicos para cooperação na prestação de serviços públicos e execução de obras públicas.
- D ☐ Organizar a estrutura administrativa local.
- E ☐ Elaborar o plano diretor.

QUESTÃO 19

De acordo com as disposições sobre o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) estabelecido no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Curionópolis, assinale a alternativa correta.

- A ☐ O contraditório e a ampla defesa são facultativos no processo administrativo disciplinar quando a infração não for punível com demissão.
- B ☐ O processo administrativo disciplinar será instaurado apenas quando a infração for punível com advertência ou suspensão.
- C ☐ O indiciado somente terá ciência do relatório final do processo, não sendo necessária sua ciência quanto aos demais atos processuais.
- D ☐ A sindicância integrará o processo administrativo disciplinar como peça informativa da instrução do processo, não sendo necessariamente condição para sua instauração.
- E ☐ O processo administrativo disciplinar somente poderá ser instaurado após a conclusão de sindicância, que constitui fase obrigatória do procedimento.

QUESTÃO 20

De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Curionópolis, assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de vacância de cargo público.

- A ☐ Aposentadoria.
- B ☐ Promoção.
- C ☐ Gratificação.
- D ☐ Licença para tratamento de saúde.
- E ☐ Afastamento para estudo.

QUESTÃO 21

Está em andamento os estudos para elaboração de lei tributária com as diretrizes a seguir:

- I. Os impostos serão, sempre que possível, graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- II. A criação de taxas poderá utilizar a mesma base de cálculo de impostos, desde que sua finalidade seja distinta.
- III. A administração tributária poderá identificar patrimônio, rendimentos e atividades econômicas do contribuinte para conferir efetividade à capacidade contributiva, desde que respeitados os direitos individuais e nos termos da lei.

De acordo com as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- A ☐ Apenas a diretriz I está correta.
- B ☐ Apenas a diretriz II está correta.
- C ☐ Apenas a diretriz III está correta.
- D ☐ Apenas as diretrizes I e III estão corretas.
- E ☐ Apenas as diretrizes II e III estão corretas.

QUESTÃO 22

A Constituição Federal estabelece que o Sistema Tributário Nacional deve observar determinados princípios. Nesse sentido, assinale apenas a alternativa correta.

- A ☐ O Sistema Tributário Nacional deve observar apenas os princípios da simplicidade e da transparência.
- B ☐ Entre os princípios expressamente previstos para o Sistema Tributário Nacional está a defesa do meio ambiente.
- C ☐ A eficiência administrativa foi expressamente incluída entre os princípios do Sistema Tributário Nacional.
- D ☐ A transparência é mencionada como objetivo das alterações na legislação tributária, mas não como princípio do Sistema Tributário Nacional.
- E ☐ A justiça tributária é mencionada como objetivo das alterações na legislação tributária, mas não como princípio do Sistema Tributário Nacional.

QUESTÃO 23

No que diz respeito às limitações ao poder de tributar estabelecidas na Constituição Federal, marque a única alternativa correta.

- A ☐ A imunidade tributária conferida às entidades religiosas e templos de qualquer culto alcança todo o patrimônio, toda a renda e todos os serviços por eles titularizados, independentemente da destinação que lhes seja dada.
- B ☐ A vedação à utilização de tributo com efeito de confisco constitui limitação dirigida apenas à União, não alcançando Estados, Distrito Federal e Municípios.
- C ☐ A vedação à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público e à empresa pública prestadora de serviço postal, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- D ☐ A cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público é vedada por constituir limitação ao tráfego de pessoas e bens.
- E ☐ A lei poderá conceder isenção relativa a impostos juntamente com normas sobre outras matérias, pois não precisa ser específica.

QUESTÃO 24

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que:

- A ☐ A reestimativa de receita pelo Poder Legislativo é admitida sempre que houver expectativa de aumento da arrecadação durante o exercício financeiro.
- B ☐ As metas bimestrais de arrecadação deverão especificar, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como informações relativas à cobrança da dívida ativa e aos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.
- C ☐ As previsões de receita devem ser acompanhadas da projeção para os três exercícios seguintes àquele a que se referirem.
- D ☐ O montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá superar o das despesas de capital, desde que autorizado na lei orçamentária anual.
- E ☐ As metas bimestrais de arrecadação serão fixadas pelo Poder Legislativo e deverão conter apenas a estimativa de arrecadação tributária.

QUESTÃO 25

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, além das previstas na Constituição Federal, constitui matéria que deve ser disciplinada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- A ☐ Os critérios e a forma de limitação de empenho, bem como as condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- B ☐ A fixação da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso dos Poderes.
- C ☐ A definição das dotações orçamentárias de cada unidade administrativa.
- D ☐ A autorização para contratação de operações de crédito destinadas ao refinanciamento da dívida pública.
- E ☐ A instituição de novos tributos necessários ao equilíbrio fiscal.

QUESTÃO 26

Analisar os itens a seguir:

I. Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas tais como portarias, Instruções Normativas, circulares, ordens de serviço e demais disposições expedidas pelos órgãos da administração municipal, quando compatíveis com a legislação tributária;

II. Decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, às quais a lei atribua eficácia normativa;

III. Práticas, métodos, processos, usos e costumes, de observância reiterada por parte das autoridades fazendárias municipais desde que não contrários à legislação tributária;

IV. Convênios, celebrados pelo Município com a União, Estados, Distrito Federal ou outros Municípios.

Nos termos do Código Tributário Municipal, a legislação tributária do Município de Curionópolis compreende as leis, decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

Constitui norma complementar à legislação tributária municipal:

- A ☐ Apenas os itens I e II.
- B ☐ Apenas os itens I, II e III.
- C ☐ Apenas os itens II e III.
- D ☐ Apenas os itens II, III e IV.
- E ☐ Os itens I, II, III e IV.

QUESTÃO 27

De acordo com a fiscalização prevista no Código Tributário Municipal, assinale a alternativa correta.

- A ☐ Para verificar a exatidão das declarações prestadas pelos contribuintes e responsáveis, os Agentes da Fazenda Municipal poderão exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária.
- B ☐ O auxílio da força pública somente poderá ser requisitado quando houver prática de crime ou contravenção contra o Agente Fiscal.
- C ☐ A prestação de assistência técnica ao contribuinte ou responsável constitui faculdade da Autoridade Fiscal, conforme a conveniência da fiscalização.
- D ☐ A fiscalização tributária restringe-se aos contribuintes sujeitos ao pagamento efetivo de tributos, não alcançando pessoas beneficiadas por imunidade tributária ou isenção de caráter pessoal.
- E ☐ Durante a fiscalização, a Autoridade Fiscal poderá apenas verificar o cumprimento das obrigações tributárias principais, sendo vedada a fiscalização das obrigações acessórias.

QUESTÃO 28

Após o encerramento do prazo para pagamento de determinado crédito municipal, a Procuradoria do Município promoveu sua inscrição em dívida ativa. O devedor sustenta que a cobrança é indevida porque o valor inscrito foi acrescido de juros de mora e atualização monetária, alegando ainda que a inscrição não poderia gozar de presunção de liquidez e exigibilidade.

Nos termos do Código Tributário Municipal de Curionópolis, assinale a alternativa correta.

- A ☐ A incidência de juros de mora e de atualização monetária impede que o crédito inscrito seja considerado líquido.
- B ☐ A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez, e tem o efeito de prova pré-constituída. Contudo, a presunção é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro a quem a aproveite.
- C ☐ A dívida ativa somente goza de presunção de certeza e exigibilidade, não abrangendo a liquidez do crédito.
- D ☐ A inscrição em dívida ativa impede que o sujeito passivo apresente provas capazes de afastar a presunção que favorece o crédito municipal.
- E ☐ A dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza, liquidez e exigibilidade, a qual somente pode ser afastada por decisão judicial definitiva.

QUESTÃO 29

Nos termos do Código Tributário Municipal, analise as afirmativas e marque a única correta.

- A ☐ A taxa e a contribuição de melhoria possuem como fato gerador a prestação de serviço público específico e divisível ao contribuinte.
- B ☐ A contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública tem como fato gerador a realização de obra pública que beneficie imóvel localizado no Município.
- C ☐ A utilização potencial de serviço público específico e divisível constitui fato gerador tanto da taxa quanto da contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública.
- D ☐ A contribuição de melhoria e a contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública possuem idêntico fato gerador, diferenciando-se apenas quanto à destinação da receita.
- E ☐ O imposto distingue-se das demais espécies tributárias municipais por ter como fato gerador situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.

QUESTÃO 30

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviço e o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador. Nesse sentido, considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agências, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

No que diz respeito ao estabelecimento do prestador, o Código Tributário Municipal de Curionópolis afirma que:

- A ☐ Não são considerados estabelecimentos prestadores os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviços de diversões públicas de natureza itinerante.
- B ☐ A caracterização do estabelecimento prestador exige, cumulativamente, a presença de todos os elementos indicativos relacionados no Código Tributário Municipal.
- C ☐ A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado habitual ou eventualmente fora do estabelecimento o descaracteriza como estabelecimento prestador.
- D ☐ A caracterização do estabelecimento prestador, quando baseada na conjugação parcial dos elementos indicativos previstos no Código Tributário Municipal, depende da presença de, no mínimo, três desses elementos.
- E ☐ A indicação do endereço em impressos, formulários, correspondências, sítio eletrônico, propaganda, publicidade, contratos ou contas de consumo constitui, isoladamente, requisito suficiente para caracterizar o estabelecimento prestador.